

Apresentação:

A Revista Iluminuras, em seu 18º número, reúne um conjunto de artigos que refletem sobre as relações entre Patrimônio e Identidade, enfatizando a dialética entre a ação do tempo sobre a materialidade da metrópole e as atividades simbólicas através das quais os habitantes urbanos constituem a si e aos outros no devir temporal. A questão dos patrimônios da civilização é apresentada, então, como perpassada pela memória coletiva de diferentes gerações, grupos e redes que, em suas práticas sociais, constroem a cidade como espaço habitado, demarcando territórios de pertença e constituindo identidades. Para além das distinções entre patrimônio material e imaterial, aponta-se para a fundamental importância da investigação das representações por meio das quais indivíduos e grupos forjam laços de pertencimento ao redor de determinados bens, espaços, territórios e atividades, que acabam por constituirlos enquanto sujeitos históricos e sociais.

Ana Luiza Carvalho da Rocha, no artigo "A Imagem de si e do outro, entre a identidade e a globalização", reflete sobre as tensões entre homogeneização e heterogeneização no mundo globalizado, no qual, apesar de uma suposta hegemonia de uma cultura de consumo que se espalha por todas as dimensões de nossa vida social, a presença da alteridade demarca o inescapável processo de fixação dos grupos em tempos-espaços específicos. Segundo a autora, universal é o fato de todos constituirmos identidades - realidades efêmeras e instáveis, dadas à consciência através de "imagens de si" sempre construídas na relação de oposição com o outro. Relações estas essenciais na reflexividade do próprio encontro etnográfico, como diálogo de alteridades.

Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha, em "Cotidiano Acadêmico e Patrimônio Universitário: Ritmos de Duração na Cidade" abordam a defesa do Patrimônio Histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como forma de permanência de um território-mito contra o fantasma do esquecimento, contribuindo ao conhecimento, por parte dos cidadãos, dos percursos históricos que nos conduzem à realidade que vivenciamos atualmente. Na permanência desses patrimônios, propicia-se a duração da matéria onde repousam experiências e trajetórias de muitos atores sociais, das mais diversas gerações, cujos gestos se sobrepõem na construção da paisagem da cidade.

Das mesmas autoras, o artigo seguinte atesta a ausência, em muitos trabalhos do tema da percepção da cidade como locus de enraizamento de indivíduos e grupos. Para as autoras, o fenômeno cultural da "criação destrutiva" das nossas cidades aponta para necessidade, por parte dos pesquisadores, de sensibilidade em relação ao tempo para que se possa pesar o social; deve-se assim estar aberto às formas de recodificação do passado, tendo a cidade a partir da própria idéia de "negociação da realidade". Assim, entre o gesto de preservação do patrimônio e o de adesão às inovações modernizadoras, floresce a instabilidade estética de nossas cidades. Os próprios museus, enquanto lugares de memória, se constituem como repositórios de identidades de indivíduos e grupos. Para que se pense a questão do Patrimônio, as políticas de memória e o direito à diferença enfocando os grupos urbanos e suas visões de mundo, se aponta para a necessidade de aderir à fluidez do tempo, às negociações e trocas sociais e simbólicas na ação recíproca de indivíduos e grupos na construção da realidade social.

O artigo de Nicole Isabel dos Reis aborda a diversidade de formas do viver urbano em sua dimensão geracional, enfocando etnograficamente as experiências urbanas de uma rede social específica, de camadas médias, envolvida na "movimentação artístico-cultural" de Porto Alegre na "virada" dos anos 80 - o movimento "Deu prá ti anos 70". Através da análise de narrativas de alguns dos membros do grupo, a autora – então

Bolsista CNPq do projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais - se debruça sobre seus projetos sociais, estilos de vida e visões de mundo. Descortina, assim, as memórias de uma geração que viveu a inquietude e os conflitos do desfecho de um período ditatorial, marcado pela censura à liberdade expressão e severa repressão às “ameaças” ao regime militar, envolvendo-se na efervescência dos movimentos sociais em busca da construção de uma nova cidade e de um novo país. Em suas atitudes contra-hegemônicas, reconstroem seu enraizamento a territórios da cidade e a um bairro peculiar que foi, em grande medida, o palco das sociabilidades e atividades desta e de muitas outras redes sociais: o Bom Fim e seus recantos.

Por fim, o artigo de minha autoria analisa políticas públicas envolvendo a remodelação do tecido urbano de Porto Alegre e suas relações com políticas de gestão de memória no contexto do primeiro mandato de José Loureiro da Silva como prefeito de Porto Alegre (1937-1943). A questão da gestão da memória como releitura do passado, realizada no intuito de se compreender o presente e se orientar o futuro, é abordada através de um livro de fotografias da cidade, lançado pela prefeitura municipal como parte das comemorações do bicentenário de Porto Alegre, no ano de 1940 – livro este pensado como construto cultural que transpira certas visões do mundo e da cidade, prismas ideológicos e noções sobre o espaço, o tempo e as ações transformadoras do tecido urbano. A questão central que se coloca é qual a imagem de cidade que se constrói através desse conjunto de fotografias, tendo em vista o processo de construção de realidades envolvido na produção de imagens.

Boa leitura a todos!

Olavo Ramalho Marques